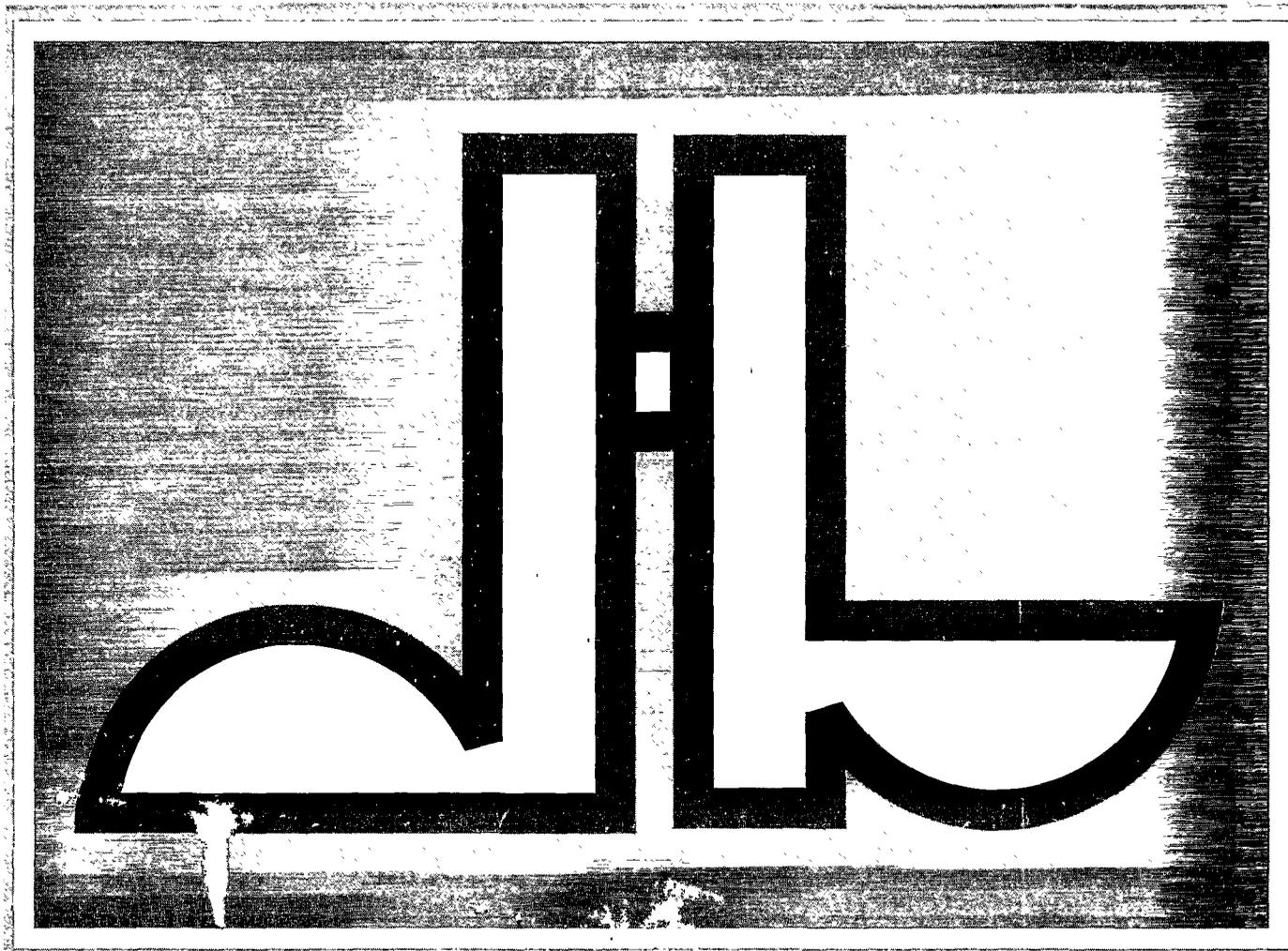




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 9 DE ABRIL DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a reverenciar a memória do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

1.2.1 – Oradores

Senador Waldeck Ornelas.....	03527
Deputado Gonzaga Mota.....	03530
Senador José Serra.....	03531
Deputado Luís Eduardo.....	03532
Senador Eduardo Suplicy.....	03534

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.507-18, 1.511-9, 1.522-6, 1.523-6, 1.524-6, 1.565-3, 1.571, todas de 1997. (Publicadas em suplemento a este Diário.)..... 03536

3 – MESA DO CONGRESSO NACIONAL

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 5ª Sessão Conjunta (Solene), em 9 de abril de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

(Inicia-se a sessão às 11h)

Compõem a Mesa o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente, à sua direita o Sr. Marco Maciel, Vice-Presidente da República, e o Deputado Ubiratan Aguiar, 1º Secretário; à sua esquerda a Srª Iluska Simonsen, viúva do homenageado, e o Senador Joel de Hollanda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Declaro aberta a sessão solene destinada a reverenciar a memória do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, um dos maiores vultos do Brasil contemporâneo.

Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães; Exmº Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Srª Iluska Simonsen e demais familiares; Exmºs Srs. Ministro de Estado e demais autoridades presentes; Srs. Secretários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Deputado Ubiratan Aguiar e Senador Joel de Hollanda, respectiva-

mente; Srªs e Srs. Parlamentares, Senhoras e Senhores, o Congresso Nacional reúne-se hoje, em sessão solene, para homenagear a memória do nosso mais eminente economista – e também escritor, humanista, financista, homem público, cientista, mas sobretudo professor Mário Henrique Simonsen.

Incumbido de trazer a esta sessão uma palavra do Senado Federal, defronto-me com a múltipla atuação do nosso homenageado, com a sua presença em várias e diversificadas áreas de atividades no cenário do nosso País, fruto de sua sólida formação cultural, de sua inteligência brilhante e de sua obra singular, a ensejar caminhos alternativos no registro de sua existência, não tão longa quanto todos estimávamos devesse ter sido, mas, ainda assim, suficiente para assinalar uma presença afirmativa e destacada no cenário nacional e para situá-lo como um dos brasileiros mais importantes ao longo do século que ora se encerra.

Aluno brilhante e laureado no Colégio Santo Inácio e na Escola Nacional de Engenharia da então Universidade do Brasil, especializou-se em Engenharia Econômica. Dotado de grande pendor para a

matemática, tornou-se inicialmente professor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, mas foi arrebatado pela Economia. Como economista foi autodidata e fez-se docente conceituado antes mesmo de graduar-se e de doutorar-se. O conhecimento da matemática tornou-lhe acessível o mundo dos métodos quantitativos e serviu de base para que ele viesse a imprimir, entre nós, rigor lógico no trato dos assuntos econômicos.

Entre todos os que com ele conviveram – e são inúmeros os depoimentos publicados pela imprensa –, é unânime a constatação de sua pouca atração pelos negócios e de sua falta de ambição pelo poder. Por outro lado, todos enfatizam sua acentuada vocação de professor. Rudiger Dornbusch, com quem publicou dois livros, chegou a afirmar que "não se pode fazer maior elogio a um homem do que dizer que ele foi um grande professor, e Mário Henrique Simonsen foi justamente isso".

Reconhece-se em Simonsen a genialidade e chega-se mesmo a dizer que não obteve maior destaque por ter tido sua formação acadêmica e vivido toda a sua vida no Brasil. Contribuições suas à teoria econômica, sobretudo aquelas que dizem respeito a temas específicos de realidades como a brasileira, fizeram dele o nosso mais eminente economista e o tornaram respeitado no exterior. Temas que não integram a agenda dos centros de estudo dos países mais desenvolvidos, como os que dizem respeito à correção monetária, à desindexação da economia, à inflação inercial, à dívida externa e ao balanço de pagamento, entre outros, mereceram dele, por isso mesmo, atenção especial e asseguraram a inscrição do seu nome dentre os formuladores do pensamento econômico contemporâneo e, em particular, de um pensamento econômico genuinamente brasileiro.

Não estudou no exterior; fez aqui mesmo, na Fundação Getúlio Vargas, o seu doutoramento, o que não impediu que se tornasse, aqui e lá fora, conselheiro de instituições destacadas, nacionais e estrangeiras, nas áreas financeira e industrial.

Seus livros cobrem amplo espectro da teoria econômica, da micro à macroeconomia, mas com especial ênfase para os estudos relacionados com o equilíbrio geral, a inflação, a correção monetária e a desindexação, passando pelos estudos prospectivos sobre o futuro do nosso País, em "Brasil 2001" e "Brasil 2002", culminando com os "Ensaio Analíticos", fruto de curso que ministrou sobre a História do Pensamento Humano, onde ultrapassa os limites da economia para enveredar pelos caminhos da própria

filosofia e do processo criador na ciência, testemunho da natureza complexa e ampla de seu conhecimento, do caráter multifacetário de sua vasta cultura e de sua preocupação humanística, configurando o perfil de verdadeiro homem de ciência.

Coincidentemente, sua última aparição pública ocorreu para o recebimento da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, comenda que corresponde ao reconhecimento, pelo nosso País, de sua contribuição acadêmica, ele que desde 1987 já era o único brasileiro membro honorário da importante American Economic Association.

A música terá sido, além dos números, sua grande dedicação. Amante da ópera, o barítono Mário Henrique Simonsen foi também crítico musical, assinando coluna especializada em revista semanal. Com o mesmo empenho dedicou-se à Orquestra Sinfônica Brasileira, a cujo conselho curador pertenceu por mais de dez anos e do qual foi presidente.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, nenhuma referência ao Professor Simonsen estará completa se não se disser da sua convicção de que o País tem de dedicar-se fortemente à educação de nossa gente. A esta causa deu a sua contribuição como organizador e presidente do Mobral, função que exerceu com dedicação e empenho. Consciente de que os investimentos em educação são altamente reprodutivos, afirmava que "o indivíduo que sabe ler e escrever aumenta automaticamente sua produtividade". Nesse particular, aliás, não se trata apenas de gastar mais, mas sobretudo de aplicar bem os recursos destinados à educação no País, retirando deles a produtividade adequada. Tão importante quanto expandir quantitativamente os recursos, é a qualidade do ensino que deve hoje mobilizar a nossa atenção. Isto é tanto e cada vez mais relevante não somente por motivos humanitários, não somente pelos direitos de cidadania, mas também em face da nova revolução científica e tecnológica e da competitividade que se estabeleceu entre as nações.

Assumi o Ministério da Fazenda numa hora em que o País via esgotar-se um ciclo de crescimento acelerado, já sob o forte impacto do primeiro choque do petróleo e, não bastante, precisava ainda de grande esforço de investimento em infra-estrutura e indústrias de base. Teve, por isso mesmo, sua presença no Governo marcada pela necessidade de ver combinadas essas duas vertentes, aparentemente incompatíveis, mas rigorosamente indispensáveis para a construção do País que hoje temos.

Após os cinco anos do Governo Geisel, transferiu-se para a Pasta do Planejamento, onde perma-

neceu durante apenas quatro meses. Tendo dedicado grande parte de sua atividade científica ao controle do déficit público e ao combate à inflação, deixou o Governo em defesa de suas idéias e de suas posições, por não encontrar guarida para o corte de gastos e a contenção da economia, numa hora em que se enfrentava já o segundo choque do petróleo.

Antes, houvera desempenhado importante papel, como assessor de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, na formulação do exitoso Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, com destaque para a política de estabilização de preços. Nessa época participou também da criação do atual IPEA, o importante órgão técnico de apoio do Ministério do Planejamento. Do mesmo modo, havia sido um dos artilheiros do Sistema Financeiro de Habitação.

De sua passagem pelo Ministério registre-se, por sua relevância, a criação da Comissão de Valores Mobiliários e a nova Lei de Sociedades Anônimas, tendo em vista o fortalecimento do mercado de capitais.

Mas terá sido certamente na conceituada Fundação Getúlio Vargas, onde era Vice-Presidente, e na pioneira Escola de Pós-Graduação em Economia, da qual foi fundador e Diretor, que ele se realizava mais do que em qualquer outro dos seus múltiplos afazeres. Aí emergia em toda a plenitude o seu espírito acadêmico, a sua inquietude de pesquisador, o vigor do estudioso, sempre com a precisão, o cuidado e a segurança que devem marcar os homens de ciência. Sua influência, aí exercida, formou uma verdadeira escola de pensamento econômico, por onde passaram muitos dos nossos mais importantes economistas da atualidade, presentes dos setores públicos, empresarial e financeiro, mas também no meio acadêmico, assegurando a continuidade e a permanência das suas idéias.

A ele se deve, pois, a instituição formal no País da pós-graduação *strictu sensu*, na área de Economia. Como salienta Antônio Carlos Lemgruber, o Professor Simonsen "representa o principal elo de ligação entre as gerações mais velhas dos autodidatas e as gerações mais novas dos Ph.D.". Aliás, é preciso lembrar que na gênese da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, o Curso de Aperfeiçoamento de Economistas, do qual foi instrutor, teve como objetivo precisamente preparar economistas brasileiros para o ingresso nos centros de excelência universitária do exterior.

Suas previsões sobre o Brasil do ano 2000, feitas há mais de 25 anos, felizmente revelaram-se – o

tempo se incumbiu de demonstrar – muito mais acertadas que as terríveis projeções de Herman Kahn. Sua precisão matemática e sua capacidade analítica valeram mais que as habilidades do mago do Hudson Institute.

Uma das marcas mais claras das suas contribuições, dentre as muitas que conformam as suas propostas, é sem dúvida o combate intransigente à inflação e ao descontrole do gasto público. Sobre sua passagem pelo Governo disse, em uma de suas últimas entrevistas: "Naquele tempo, eu era uma espécie de monge andando no deserto contra a inflação". E falou dos seus esforços, então realizados, para desindexar, ainda que parcialmente, a economia, e da resistência enfrentada exatamente porque predominava a idéia de que um pouco de inflação não fazia mal a ninguém. Tratava-se, então, de uma inflação de 40% ao ano. Depois, chegamos a conhecer inflação de até de 1.800% ao ano!...

Numa época em que justificar e mesmo defender a inflação era moda, Simonsen alertava que "os adeptos da inflação crônica como instrumento desenvolvimentista não conseguiram provar que os países de alto índice de aumento de preços tivessem qualquer desempenho brilhante em matéria de crescimento do produto real". A opção adotada não foi, lamentavelmente, a que ele preconizava, e a consequência para o nosso País foi a chamada "década perdida" e a Constituição que hoje estamos a reformar.

De modo aparentemente paradoxal, mas perfeitamente compatível com a sua capacidade intelectual e a sua dimensão acadêmica, após deixar o Governo e retornar à cátedra tomou-se o oráculo da Economia do País. Foi, assim, o conselheiro informal, sério, isento, desinteressado e construtivo, com os olhos voltados para o bem do Brasil, opinando sobre os programas e as políticas econômicas, de modo sempre positivo, buscando enriquecê-las ou corrigi-las e dando, quando necessário, o prestígio do seu aval. Como assinala Pérsio Arida, "entusiasmava-o a oportunidade de estabilizar a economia depois de décadas de inflação".

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, o Professor Simonsen nos deixou sem suas aulas numa hora, é certo, em que vivemos um experiência exitosa de estabilização econômica. Isso com certeza agradou a ele, que, pioneiramente, identificou o efeito realimentador da indexação econômica, hoje conhecido como inflação inercial; ele que, com seu apoio, emprestou credibilidade a várias tentativas de vencer a inércia inflacionária via reforma monetária;

ele que tinha na desindexação da economia uma de suas idéias-chave.

Suas lições com certeza nos farão falta, no momento em que o nosso País se defronta com os maiores desafios que já terá tido pela frente: a globalização da economia, a formação dos mercados regionais, a luta pela competitividade, a crise mundial do emprego, a necessidade e a oportunidade de definir o nosso papel e o nosso lugar no concerto das nações, no limiar desse novo século que se aproxima.

País de enormes potencialidades, capaz de grandes realizações, dotado de um povo criativo e trabalhador, haveremos de vencer esses desafios, não tenho dúvida, mas essa tarefa seria certamente mais fácil se pudéssemos contar com o seu concurso.

É que vivemos um momento crucial da nossa História. Às vésperas de completar os 500 anos do descobrimento, temos, nós, brasileiros, de tomar uma decisão definitiva: se queremos ser um país que terá presença ativa no novo século que se inicia; se queremos superar as amarras e as dificuldades que têm, até o presente, inibido o nosso caminho para o desenvolvimento, para o progresso social, para a cidadania plena; se queremos compartilhar da vanguarda da civilização; se queremos nos ombrear com as nações que lideram o progresso científico e tecnológico, a expansão da economia e o bem-estar da população, haveremos de enfrentar, com firmeza, determinação e objetividade, os desafios da modernização.

Srs. Congressistas, em nossas mãos, sob nossa responsabilidade, está uma grande parcela do poder de decidir, se queremos o Brasil trilhando o caminho do futuro. A consolidação do Plano Real, a realização das reformas estruturais, a criação dos meios que vão permitir a nossa sociedade liberar a sua capacidade criadora, tudo isso passa pelas decisões que aqui adotarmos.

Que nos inspirem as idéias de Mário Henrique Simonsen, um brasileiro que engrandeceu o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o nobre Deputado Gonzaga Mota.

O SR. GONZAGA MOTA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exm^o Sr. Presidente do Congresso Nacional, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães; Exm^o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Ilm^a Sr^a Iluska Simonsen; Exm^o Sr. Senador Joel de Hollanda; Exm^o Sr. Deputado Federal Ubiratan Aguiar; Sr^s e Srs. Congressistas, dignas autoridades, familiares e amigos

do Professor Mário Henrique Simonsen, minhas Senhoras e meus Senhores, inicialmente, gostaria de enaltecer a decisão do Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, em realizar sessão para homenagear a memória do Professor Mário Henrique Simonsen – sem contestação, brasileiro dos mais brilhantes deste século. Por sua vez, agradeço ao Deputado Michel Temer a honra que me proporcionou, de representar, juntamente com o eminente Deputado Luís Eduardo, a Câmara dos Deputados nesta significativa solenidade.

Sr. Presidente, certa vez, em conversa com o Professor Simonsen, dizia-me ele que muito gostaria de ser Ministro da Educação. Não fiquei surpreso, pois qualidades e competência as tinha de sobra. Todavia, era fácil perceber que o relevante naquela afirmativa não era o cargo, mas a importância que o mestre atribuía à Educação. Ali estava a verdadeira razão de suas várias atividades. Sabia, muito bem, que para um povo viver com dignidade, possuir auto-estima e se fazer justiça social era necessário dar prioridade absoluta ao setor educacional.

Sempre digo ter tido dois grandes professores na minha vida: Dona Diva Cabral, responsável por minha alfabetização; e Simonsen, responsável pelos conhecimentos fundamentais fornecidos a mim para o desempenho de minhas atividades profissionais, notadamente na Universidade Federal do Ceará e no Banco do Nordeste.

Fui seu aluno nos anos de 1968 e 1969, na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas. Lembro-me de, ao chegar àquela Escola, ter estudado razoavelmente alguns autores da Ciência Econômica, tais como: John Keynes, em **Teoria Geral**; Eugênio Gudín, em **Economia Monetária**; Gardner Ackley, em **Teoria Macroeconômica**; Richard Leftwich, em **O Sistema de Preços e a Alocação de Recursos**; Henderson e Quandt, em **Teoria Microeconômica**; Alvin Hansen, em **Teoria Monetária e Política Fiscal**; Lester Chandler, em **Introdução à Teoria Monetária**. No entanto, chegava ao referido Centro de Estudos com o objetivo maior de assimilar os ensinamentos de um jovem mestre constantes de vários trabalhos, como: "Introdução à Programação Linear"; "Os Controles de Preços na Economia Brasileira"; "Ensaio sobre Economia e Política Econômica"; "A Inflação Brasileira"; "Reforma Tributária"; "A Lei de Say e o Efeito Líquidez Real"; "O Mercado Brasileiro de Capitais"; "Análise Econômica e Escolha Envolvendo Risco"; "Teoria Microeconômica"; "Teoria Macroeconômica";

nômica"; "Brasil 2001" e tantos outros. Concluí o curso e continuei de longe acompanhando a obra do Professor Simonsen, através de textos como: "Inflação – Gradualismo X Tratamento de Choque", sua Tese Doutoral na Fundação Getúlio Vargas; "Brasil 2002, a Nova Economia Brasileira", em co-autoria com Roberto Campos; "As Vicissitudes da Política Monetária"; "Agricultura e Subsídios"; "Dívida Externa e Crescimento Econômico"; "A Anatomia da Estagnação"; "Desafio Tecnológico"; "Macroeconomia e Teoria dos Jogos"; "Ensaio Analítico", dentre outros. Publicou 132 trabalhos, entre livros, ensaios, conferências, artigos, pronunciamentos e pareceres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores, Simonsen possuía uma personalidade marcante, que se destacava pela coerência, integridade, tolerância, modéstia e espírito público, principalmente. Além de economista, destacou-se como matemático, músico, empresário, engenheiro, ministro e professor. Mário Henrique Simonsen era poderoso, mas sem paixão ou apego ao poder. Com o brilhantismo com que resolvia uma equação em diferenças finitas, solucionava um problema de física, cantava Don Giovanni, de Mozart, dava uma aula analisando situações econômicas, através das curvas IS e LM, discutia Lógica e Filosofia. Era um sábio.

Simonsen deve ser para todos os brasileiros uma referência obrigatória. Suas atividades não foram direcionadas apenas para os mais cultos ou favorecidos. Pelo contrário, sua preocupação com a educação bem demonstrou a sensibilidade para com os problemas sociais.

Em necrológio feito pelo professor Ney Coe de Oliveira, companheiro por muitos anos de Simonsen na Escola de Pós-Graduação em Economia, está dito: "Eis a razão por que se vê um consenso geral, entre os que acompanharam ou conheceram a obra de Simonsen, de que sua contribuição ao nosso País é realmente notável, como professor, como homem público e como formador de opinião".

Como disse, em artigo publicado em *O Globo* de 11 de fevereiro de 1997, a jornalista Míriam Leitão: "Ele saiu de cena devagar. O País teve tempo de ir se despedindo dele e sentir a sua falta com ele ainda vivo. Nos últimos anos, se tornou uma unanimidade. Oráculo, mago, mestre, foram algumas das definições que a imprensa usou".

Ademais, o Professor Simonsen sempre transmitia esperanças nos seus textos e palestras. É bom lembrar Manoel Bandeira: "Ah! Como dói viver quando falta a esperança". Realmente, a ausência de Si-

monsens aumentou a nossa dor, mas o seu exemplo dará forças para que a gente possa vencer as dificuldades que se nos apresentam.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, encerro minhas palavras externando aos familiares e amigos do Professor Mário Henrique Simonsen o reconhecimento do muito que ele fez pelo nosso País e os sinceros sentimentos dos representantes do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o nobre Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Vice-Presidente da República, Marco Maciel, Deputado Ubiratan Aguiar, Senador Joel de Hollanda, Sr^a Iluska Simonsen, não poderia deixar de associar-me a esta homenagem à memória do Professor Simonsen.

Digo professor porque, entre todos os campos em que seu trabalho se desdobrou, foi precisamente no da docência onde ele foi brilhante, onde contribuiu com maior profundidade e amplitude para o nosso País.

O Professor Simonsen, senão fundador, foi, na verdade, o fator de sustentação prática, profissional e intelectual daquela que, em dado momento, foi a mais importante escola de economia em pós-graduação em nosso País: a EPGE – Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

O Professor Simonsen foi um grande educador de alunos de economia. Muitos dos melhores economistas brasileiros de hoje foram formados, em grande parte, sob a influência do Professor Simonsen. O que não significa que posteriormente tenham tido sempre a mesma perspectiva teórica ou as mesmas orientações em matéria de política econômica que o seu professor.

Simonsen foi professor na acepção mais fértil e produtiva do termo, ou seja, ensinando seus alunos a pensar com liberdade. Para nós todos, é um marco de referência de qualidade na profissão de economista, até porque, além do seu papel como professor, da sua capacidade de atrair inteligências, ele também ofereceu uma significativa produção didática. Foi autor de numerosos livros, apostilas e artigos de teoria e de economia aplicada.

Cito, a propósito, episódio pessoal a esse respeito, pois quando passei a me dedicar ao estudo de economia, vindo da Engenharia, o livro básico para a minha formação em microeconomia foi o do Pro-

fessor Simonsen. Recordo-me de que nos Estados Unidos, quando fui fazer um doutorado, no curso básico de doutorado em Cornell, recorri, entre tantos manuais disponíveis, de professores norte-americanos ou ingleses tão conceituados, ao manual do Professor Simonsen, escrito em meados dos anos 60, que se situa entre os melhores já feitos na matéria. E Simonsen, com a sua formação de autodidata, ao contrário de seus alunos, não fez curso de pós-graduação no exterior.

De tudo que li e de tudo que acompanhei do Professor Simonsen – sempre fui seu leitor – constatei que ele era dono de uma formação teórica sólida, dominava a essência da lógica matemática e sabia como aplicá-la à análise das questões sociais e de economia.

O Professor Simonsen, na verdade, como lembrou Dionízio Cavaleiro, era impaciente com a estupidéz disfarçada de preconceito ideológico e impaciente com a falta de seriedade da dúvida sistemática. Isso, para ele, talvez marcasse o caminho entre a disciplina requerida pelo estudo sério e a liberdade para pensar o novo. Mas era uma pessoa e um intelectual tolerante. Sabia ser crítico sem ferir. Como podia persuadir – tinha uma enorme capacidade para isso – sabia também ser persuadido. Seu respeito pelo ponto de vista dos outros dava peso ao seu próprio ponto de vista. Tinha não apenas com colegas, mas também com jornalistas uma enorme paciência para explicar, sempre ouvindo com paciência os pontos de vista alheios. Ele sofria daquela angústia da didática de poder transmitir, com clareza, a partir do seu ponto de vista, como as coisas eram e como as coisas deviam ser.

Essa disponibilidade para ouvir se estendeu depois da sua experiência na política econômica governamental, ao longo da década de 80, quando voltou para a vida acadêmica. Não seria de estranhar e não haveria nada de excepcional que, saindo do Governo, o Professor Simonsen se dedicasse à atividade privada, mas ele voltou à academia, à sua escola de pós-graduação.

Ao longo dessa década, teve um papel muito importante como interlocutor das questões de economia na vida nacional. Sempre esteve, nos anos mais difíceis da década de 80 ao começo dos anos 90, disposto a influir para formar expectativas favoráveis em relação a medida de política econômica importante para o nosso futuro. Nunca o vi fazer uma crítica que corresse a credibilidade de políticas que da credibilidade dependessem. Não que, muitas vezes, fosse entusiasta delas ou acreditasse

na sua permanência, mas nunca se furtou a ajudar a formar expectativas favoráveis a respeito dessas medidas que poderiam ser benéficas e positivas para o País.

Foi um homem que, ao longo de sua vida acadêmica e principalmente de sua vida pública, não guardou ressentimentos. Queria o melhor para o País, e disso sabem todos aqueles que ocuparam postos em política econômica no Brasil desde o Governo Sarney. Ele foi interlocutor para todos. Sempre de maneira positiva, sempre torcendo para que as coisas dessem certo, mesmo quando cético a respeito das possibilidades existentes.

Esse é, sem dúvida, o mérito extraordinário que, somado à sua contribuição para o desenvolvimento do ensino da economia no País, fez com que o Professor Mário Henrique Simonsen ficasse livre de uma invocação, talvez melancólica, de Sófocles a respeito de grandes homens e de grandes pessoas:

"Para muitos é preciso esperar o entardecer para ver o quão esplêndido foi o dia."

No caso do Professor Mário Henrique Simonsen isso não aconteceu. Teve ele, como aqui foi dito, o seu reconhecimento, o seu dia, antes do entardecer.

Isso, para mim que não fui seu aluno, que nunca tive com ele proximidade política, é um fator gratificante, porque se trata de um homem que merece a minha admiração, a de todos nós e a de todo o País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luís Eduardo.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; Exm^o Sr. Vice-Presidente da República Marco Maciel; Sr^a Iluska Pereira da Cunha; Sr. Deputado Ubiratan Aguiar; Sr. Senador Joel de Hollanda; Srs. Ministros de Estado, Srs. familiares e amigos de Mário Henrique Simonsen, Sr^{as} e Srs. Congressistas, morreu, em 10 de fevereiro passado, no Rio de Janeiro, Mário Henrique Simonsen, a quem se referiu Edmar Bacha como "a mais importante figura da Economia no Brasil". Hoje, graças à iniciativa do Deputado Gonzaga Mota, o Congresso Nacional se reúne para prestar-lhe esta justa homenagem.

Em onze anos de mandato, é a primeira vez que ocupo a tribuna do Congresso Nacional para homenagear alguém. Não que tenha méritos para homenagear o Professor Mário Henrique Simonsen, pois numa Casa Legislativa que possui Delfim Netto,

Roberto Campos, Francisco Domelles – hoje Ministro da Indústria e do Comércio –, Roberto Brant e muitos outros, certamente, por competência, não deveria ser eu o orador. Entretanto, por admiração, afeto e amizade, sinto-me completamente à vontade para ocupar a tribuna, neste momento, e prestar esta homenagem ao engenheiro, músico, matemático e economista que me honrou com sua amizade.

Acredito que, neste momento, devo fazer lembrar a todos algumas idéias deste professor, obstinado pela racionalidade e pela atualização constante de seu pensamento.

Setores da esquerda brasileira, entre suas virtudes e defeitos, cultivam o hábito de achar que todos aqueles que não se alinham a ela pensam com menosprezo e desdém quanto à profundidade de nossos problemas sociais. Por isso mesmo, aos que não viram nele um angustiado em resolvê-los, lembro o que escreveu em 1987:

"É evidente que só os crápulas não se comovem diante da miséria e da injustiça. Não é preciso, para isso, ler o Manifesto Comunista ou as pungentes descrições de Karl Marx sobre a vida subumana dos trabalhadores ingleses nas minas de carvão do século passado. Basta dar um passeio, agora mesmo, pelas favelas do Rio de Janeiro. E até crápulas mais inteligentes, se não se comovem, pelo menos se inquietam com a vizinhança da miséria absoluta, pois não há guarda pretoriana que os proteja contra uma eventual descida dos morros."

Mas é, antes de mais nada, com a cabeça que se há de lutar contra esse quadro, e a primeira providência, segundo Simonsen, é tirar dela que a solução vem do Estado.

"A máquina farisaica, gastadora e irresponsável que domina o Estado pode levar o País ao colapso", disse há dez anos.

A economia tem como matéria-prima a escassez; é a ciência da escassez. Por isso mesmo se não de destacar prioridades.

Essa luta complexa pelo Brasil que sonhamos teria de se concentrar principalmente no combate ao atraso tecnológico e ao capitalismo cartorial.

Foi por aí que o Professor Mário Henrique iniciou, em larga escala, a campanha pelas privatizações no Brasil, hoje tão necessárias para a consolidação da estabilização de nossa economia. Dizia o Professor:

"O Estado não tem dinheiro próprio, é um repassador de recursos de que precisamos para investir, para produzir mais e, então sim, aumentar o mercado interno. Esses recursos não caem do céu:

é preciso criá-los, através da poupança interna ou através da poupança externa."

A propósito da participação do Estado em assunto de economia interna, permita-me, Sr. Presidente, um relato. Tive a honra e o prazer de assistir a um debate em companhia do economista baiano Daniel Dantas – um dos melhores alunos de Mário Henrique Simonsen, conforme ele próprio afirmava –, em janeiro de 1996, pouco antes de o Professor iniciar sua derradeira agonia. Seu interlocutor era Henry Kissinger, Prêmio Nobel da Paz, ex-Secretário de Estado norte-americano, que lhe recordou, a certa altura, terem ambos previsto, em fórum nos Estados Unidos, no início da década passada, a *débâcle* da União Soviética. E perguntou: "A seu ver, qual a razão de essa derrocada ter ocorrido tão pacífica e rapidamente, ao contrário do que imaginávamos?" Simonsen respondeu que o sucesso da União Soviética como potência industrial até os anos 60 foi imenso, mas o regime sucumbiu porque ignorou a economia de mercado. Exatamente o inverso do que fez a China de Deng Xiaoping.

"O mercado, as forças do mercado é que geram riquezas e impostos, e aí é que deve entrar o Estado, com inteligência e sagacidade. A pobreza é indivisível."

Apóstolo da economia de mercado, lembro de Simonsen advertir, igualmente, para o outro lado da moeda: aqueles que pensam que a economia de mercado resolve tudo, num País como o Brasil, partem para tese igualmente irracional.

A vigilância sobre o mercado e sua economia, segundo o Professor, deveria levar em conta três fatores principais.

O primeiro é que a velocidade do progresso científico e tecnológico só tende a se acelerar nessa virada de século, e a importação desse **know-how** é caso de vida ou morte de uma empresa ou de um país.

Em segundo lugar, o fator força de trabalho: "Realmente, nenhuma multinacional é instituição de caridade e, como tal, não teria incentivos a investir, entre o Oiapoque e o Chuí, se os salários aqui fossem mais altos que nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. A questão é que a disputa pela mão-de-obra barata cria empregos, e a criação de empregos toma a mão-de-obra menos barata, e é isso exatamente que interessa aos trabalhadores. No Brasil, em média, as multinacionais pagam 39% a mais aos seus empregados do que as empresas nacionais, sejam elas privadas ou estatais".

O terceiro fator – observa – é a vigilância inteligente, seja contra o capitalismo cartorial "que impede a concorrência dos gringos", seja contra o **dumping** que pode sufocar uma indústria nacional nascente.

O realismo do Professor Simonsen o levava a achar que suas receitas não eram mágicas, porque "tanto o capitalismo quanto o socialismo tentam resolver os problemas sociais e, como é de óbvia constatação, ambos fracassam".

Brasileiro de quatro costados, assistia a jogos de futebol da Copa do Mundo com a camisa de nossa seleção. Esse mesmo espírito levou Mário Henrique até a Conselhos Internacionais de potências, como o Citycorp, cujo Presidente John Reed viu nele "uma excepcional inteligência e um invencível patriotismo".

Conheci o Professor Simonsen pela amizade que herdei de meu pai e pude, durante a Assembléia Nacional Constituinte, várias vezes consultá-lo, na tentativa – vã, é verdade – de evitar que tivéssemos uma Constituição irracional, que mantivesse privilégios, que fortalecesse as corporações e que impedisse a entrada de capital estrangeiro.

Durante várias vezes, quer no seu gabinete da Fundação Getúlio Vargas, quer aqui em Brasília, o Professor Simonsen, com toda a sua paciência, não se cansava de explicar, às vezes a dezenas de Deputados, alguns pontos que considerava importantes.

Por isso mesmo me recordo, neste instante, de um artigo que ele escreveu no jornal **O Globo**, com o título **Alea Jacta Est**, mostrando justamente que naquele momento iríamos decidir que País desejávamos. Mas infelizmente – para mim, para o Professor Simonsen e para a sociedade brasileira – a nossa Constituição saiu com uma série de imperfeições.

A música tornou-se seu devaneio constante. Não passava um só dia em que não mergulhasse numa ópera ou na escuta de horas de música clássica. Sua brava senhora, Dona Iluska, chegou a contar que em diversos momentos, no hospital, em sua agonia, reclamava da falta de música.

De resto, um grande número de seus trabalhos acadêmicos foi criado sob fundo musical. Um dos mais importantes deles – sobre inflação inercial, no começo dos anos 80 – mereceu, em editorial da **Folha de S. Paulo**, a lembrança de que foi sustentáculo importante para que jovens economistas da PUC, alguns seus ex-alunos, se dedicassem a conceber planos ouzados, a partir do Cruzado até o Plano Real.

Nosso brilhante companheiro Deputado Roberto Campos escreveu, recentemente, que suas princi-

pais divergências com Simonsen vinham daí: o estímulo que ele dava a planos heterodoxos, mas sempre ressaltando "desde que fosse eliminado o déficit fiscal".

Assim, Sr. Presidente, acredito que a melhor forma de homenagear Simonsen é apoiar sua obstinação no combate ao câncer fiscal.

Que este Congresso Nacional urgentemente vote e aprove as reformas nesse terreno – única forma consistente de combater a miséria e o desernprego –, para que a luta do Professor chegue à objetividade e racionalidade que perseguiu durante toda a vida, e possamos construir um Brasil melhor.

Ao encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a e ao Plenário a tolerância, quero dizer que Mário Henrique Simonsen tinha a inteligência que todos nós gostaríamos de ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o último orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães; Sr. Vice-Presidente Marco Maciel; Sr^a Iluska Simonsen; Srs. Membros da Mesa, Senhoras e Senhores, quero dizer que sempre considereirei o Professor e Ministro Mário Henrique Simonsen um extraordinário estímulo intelectual para um jovem economista, primeiro, e depois um Parlamentar da oposição. Em que pese a muitas vezes discordar de suas palavras e de seus atos, tinha sempre muito o que aprender com cada reflexão que fazia o extraordinário intelectual e economista Mário Henrique Simonsen.

Uma das primeiras vezes em que escrevi artigos na imprensa foi em dezembro de 1975, para a Revista **Visão**. Tratava-se de uma resenha do livro que Mário Henrique Simonsen havia acabado de publicar, de artigos, com Roberto de Oliveira Campos. Na ocasião, eu procurava, sobretudo, avaliar criticamente a forma como fora conduzida a política econômica durante os anos de regime militar. Lembrome de que gostava muito de ler os seus artigos e de aprender com ele próprio.

Com o tempo, fui percebendo pontos de identidade, embora nem sempre com ele concordando; mas a experiência e o conhecimento acumulados foram fazendo com que, aos poucos, aprendêssemos mais uns com os outros e, sobretudo, com aqueles que, como o Professor Mário Henrique Simonsen, sabiam se dedicar tanto ao conhecimento quanto à pesquisa.

Um dos pontos de convergência ocorreu numa ocasião em que ele me convidou para participar de um seminário – no qual também estiveram presentes o Deputado e ex-Ministro Francisco Dornelles e o Deputado Luiz Gonzaga Mota – na Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas, sobre formas de erradicar a pobreza e o programa de garantia de renda mínima.

Pouco depois, em março de 1993, o Professor Mário Henrique Simonsen escreveu na revista **Exame** um artigo do qual recorde alguns trechos. Denominava-se "Pelo que o Presidente Itamar Deveria Chorar", justamente tratando do tema "combate à fome". Dizia ele:

"O Brasil, segundo declarou o Presidente Itamar Franco, está em estado de emergência social, o que transforma o combate à fome na prioridade número 1 do Governo. É surpreendente que só agora S. Ex^a tenha tomado consciência da extensão do problema da indigência, particularmente no Nordeste. O Presidente já deveria saber que os índices de miséria se agravaram substancialmente depois de 1985, quando a Nova República se instalou com o lema "Tudo pelo social". É legítimo, portanto, questionar que resultado prático terá mais esse arroubo emocional do Presidente."

E por aí ele segue, fazendo diversas críticas aos programas sociais vigentes. Mais adiante, diz:

"Em matéria de assistencialismo puro, na verdade o melhor programa é o de renda mínima (ou Imposto de Renda negativo), defendido por Hayek: em vez de inúmeros programas hoje pulverizados, cada brasileiro teria direito a uma renda mínima, digamos, de 20 dólares mensais, segundo a proposta do economista Luiz Guilherme Schymura. Ou seja, em vez de distribuir cestas básicas, remédios e outros serviços específicos, o Governo daria dinheiro a todos, para que fosse usado segundo as preferências de cada um. Curiosamente, essa proposta, originária de economistas ditos de extremo direita, é defendida no Congresso pelo Senador petista Eduardo Suplicy. Obviamente, para implantá-la é preciso impedir a procriação de fantasmas, cuja única razão de ser é extrair dos cofres públicos 20 dólares mensais. Fora esse obstáculo administrativo, há um outro, o fisiológico. Se a lei atender automat-

icamente aos carentes, que político capitalizará os seus votos? Essa é uma das razões pelas quais o populismo impede a solução dos problemas sociais. Seu fim implicaria a eutanásia dos populistas."

Apenas cito este trecho para demonstrar como, muitas vezes, pessoas que mantenham grandes divergências podem acabar se respeitando e chegando a caminhos comuns.

Apenas precisaria fazer uma retificação ao seu extraordinário conhecimento porque, na verdade, a idéia de uma renda mínima, ou de uma renda de cidadania para todos, antes de ser defendida por Hayek, Milton Friedman e outros economistas, esteve presente nos escritos daqueles que justamente procuraram compatibilizar os ideais de liberdade, de maior igualdade e de eficiência, inclusive na tradição dos marxistas, do próprio Karl Marx, mas também em filósofos como Bertrand Russell. Foram economistas que, no início deste século, compuseram o círculo de Cambridge, como Joan Robinson, Abba Lerner, Oskar Lange, James Edward Meade e outros, que escreveram fazendo tal proposição antes mesmo que Hayek e Friedman.

Trata-se, portanto, de encontrarmos uma forma mais racional de atingir um objetivo muito importante e tão caro para aqueles que, em algum momento de sua vida, resolvem dedicar-se ao estudo da Economia.

Este mesmo sentimento que tenho para com o Professor Simonsen acaba se estendendo também a outros que ainda partilham de nosso convívio, dentre os quais um se faz aqui presente, amigo do Professor Mário Henrique Simonsen, com quem algumas vezes teve divergências momentâneas, mas de outro tipo: o Professor Antônio Delfim Netto – de quem tenho, ao longo da vida, assim como em relação ao Ministro Pedro Malan e a outros aqui presentes, feito questão de ler o que escrevem e de ouvir o que falam.

No mesmo caso do Professor Mário Henrique Simonsen, ainda que divergindo, eu estava sempre aprendendo com ele e, sobretudo, procurando pontos comuns que pudessem servir à construção de um Brasil melhor.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de S. Ex^a o Vice-Presidente da República Marco Maciel; dos Srs. Ministros de Estado; das autoridades diplomáticas; da família Simonsen e de seus amigos

a esta sessão em homenagem ao saudoso homem público.

Em verdade, Simonsen foi o mestre dos mestres, expressão que ele até dedicava – mestre – aos amigos prediletos que com ele conviviam. E era um mestre sobretudo no saber e ainda mais no exemplo.

Ainda há pouco se pôde observar nesta Casa que não há divergência política ou ideológica que quebre a unanimidade em torno da figura desse grande brasileiro que foi Mário Henrique Simonsen.

É confortador para os seus filhos e para a sua esposa verem a unanimidade nacional, representada pelo Congresso, traduzindo aqui sua homenagem a esse brilhante economista, a esse digno homem público e a esse amigo exemplar. O homem em si, Mário Henrique Simonsen, era tão grande quanto o seu saber – é importante que, neste momento, nós proclamemos isso. É por isso mesmo que em torno dele ninguém discute: sua figura é considerada exemplo. Seja como Professor diligente da Fundação Getúlio Vargas, seja como Ministro de Estado, seja como permanente conselheiro de quantos ou quase todos que aqui se encontram, Simonsen nunca faltou.

Tive o privilégio de sua amizade e jamais bati à sua porta sem que ela se abrisse imediatamente para iluminar o meu caminho, no serviço à Bahia e ao meu País. Não sei quantas e quantas vezes estive com Simonsen para discutir o Brasil e os problemas de meu Estado. E ele sempre me tratou com o mesmo carinho, a mesma vontade e, sobretudo, com uma coisa que, perdoem-me os economistas,

não é fácil neles encontrar: a despreziosidade da figura de Mário Henrique Simonsen. Não era um pretensioso, mesmo sabendo tanto, e era um homem feliz em poder atender ao País e aos Estados brasileiros, desde o tempo do MOBRRAL. A educação era a sua paixão, e só compreendia a solução dos problemas nacionais por meio dela, fosse como Ministro, fosse como simples homem público, que não fazia questão do poder, mas, sim, de que o Poder agisse em favor do Brasil.

Por isso, fico extremamente feliz com esta homenagem que o povo brasileiro ora presta por intermédio do Congresso Nacional; e, particularmente, pelo fato de o destino ter-me colocado na Presidência desta sessão, para que eu pudesse também prestar a minha homenagem a quem tanto devia – pelos seus conselhos, pelo seu saber e pelo seu exemplo. Portanto, estou feliz, repito.

A esta altura, posso dizer que Mário Henrique Simonsen é motivo de orgulho para sua esposa, para seus filhos e seus amigos, mas sobretudo para o Brasil, que ele desejava cada vez maior, mais sério e mais digno.

É importante que, ao finalizar, eu ressalte que jamais voz alguma, neste País, se levantou para fazer qualquer restrição ao caráter e à dignidade de Mário Henrique Simonsen. Esse é o prêmio maior e o grande legado que ele deixa para a sua família, para os seus amigos e para o Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h21min.)

EMENDAS

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.507-18**, DE 03 DE ABRIL DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Senador ANTÔNIO C MAGALHÃES.....	001.
Deputado CARLOS CARDINAL.....	003 007 016.
Deputado CHICO VIGILANTE..	009 014 015 018 019 020 021 022 023.
Deputado LIMA NETTO..	013.
Deputado NEDSON MICHELETI. ...	002 005 006.
Deputado SÉRGIO MIRANDA .	004 008 010 011 012 017

TOTAL DE EMENDAS: 23

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.511-9, DE 03 DE ABRIL DE 1997, QUE "DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 44 DA LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO INCREMENTO DA CONVERSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS EM ÁREAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE E NA PARTE NORTE DA REGIÃO CENTRO-OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado CONFÚCIO MOURA	002, 003
Deputado VALDIR COLATTO	001, 004

TOTAL DE EMENDAS: 04

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.522-6, DE 03 DE ABRIL DE 1997, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992 E 2.180, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1954, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

C O N G R E S S I S T A S	EMENDAS NºS.
Deputado ALEXANDRE CARDOSO	015, 016.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	023, 024, 025, 026, 027, 028, 030, 031, 033, 034, 046, 050, 053, 055, 058.
Deputado HUGO BIEHL	048.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT	001, 002, 006, 036, 052, 056.
Deputado LUCIANO CASTRO	003, 004, 005, 032.
Deputado LUIZ GUSHIKEN	007, 008, 037, 038, 039, 040, 042, 044, 047.
Deputada MARIA VALADÃO	017, 018.
Deputado MATHEUS SCHMIDT	009, 010, 011, 012, 013, 014, 045.
Senador NABOR JUNIOR	049.
Deputado NILSON GIBSON	041, 043, 051.
Deputado PEDRO NOVAIS	029, 054.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	019, 020, 021, 022, 035, 057, 059.

TOTAL: 59

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523-6, DE 03 DE ABRIL DE 1997 QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs. 8.212 E 8.213, AMBAS DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADEMIR LUCAS	025.
DEPUTADO ADHEMAR DE B. FILHO	003.
DEPUTADO ADROALDO STRECK	131.
DEPUTADO ALCESTE ALMEIDA	077.
DEPUTADO ALDIR CABRAL	132.
DEPUTADO ARMANDO COSTA	022.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SA	068,088,111,128,146,147, 148,149,150.
DEPUTADO AROLDO CEDRAZ	078.
DEPUTADO ARY KARA	081.
DEPUTADO AYRES DA CUNHA	035.
DEPUTADO AUGUSTO NARDES	070.
DEPUTADO AUGUSTO VIVEIROS	064.
SENADOR BELLO PARGA	043.
DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS	008,127,133,151.
SENADOR BERNARDO CABRAL	014.
DEPUTADO CARLOS MELLES	087,090,135.
DEPUTADO CARLOS NELSON BUENO	097,098,099,115.
DEPUTADO COLBERT MARTINS	046.
DEPUTADO CORAUCI SOBRINHO	032.
DEPUTADO CORIOLANO SALES	053.
DEPUTADO DANILO DE CASTRO	047.
DEPUTADO DILSO SPERAFICO	074.
DEPUTADO DUILIO PISANESCHI	037.
DEPUTADO ELISEU MOURA	061.
SENADORA EMÍLIA FERNANDES	044,100.
DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES	069.
DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA	058.

Total de Emendas 156.

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	EURICO MIRANDA	155.
DEPUTADO	FELIX MENDONÇA	031.
DEPUTADO	FLÁVIO ARNS	071.
DEPUTADO	FLÁVIO DERZI	062.
DEPUTADO	GERSON PERES	019.
DEPUTADO	HERCULANO ANGHINETTI	021.
DEPUTADO	HUGO BIEHL	017,018,086.
DEPUTADO	JOÃO FAUSTINO	041.
DEPUTADO	JOÃO NATAL	130.
DEPUTADO	JOFRAN FREJAT	002.
SENADOR	JONAS PINHEIRO	045.
DEPUTADO	JORGE TADEU MUDALEN	079.
DEPUTADO	JOSÉ COIMBRA	080.
DEPUTADO	JOSÉ LUIZ CLEROT	013.
DEPUTADO	JOSÉ S. DE VASCONCELLOS	023.
DEPUTADA	LÍDIA QUINAN	067.
DEPUTADO	LUCIANO PIZZATTO	030.
DEPUTADO	LUIZ BRAGA	027.
DEPUTADO	LUIZ GUSHIKEN	091,092,093,094,095,096, 116,140,141,142,143,144, 152,153,154.
DEPUTADO	MANOEL CASTRO	042.
DEPUTADO	MAGNO BACELAR	075.
DEPUTADO	MARCELO BARBIERI	039.
DEPUTADO	MARCONI PERILLO	065.
DEPUTADA	MARIA ELVIRA	024.
DEPUTADO	MARIO NEGROMONTE	059.
DEPUTADO	MARQUINHO CHEDID	106.
DEPUTADO	MATHEUS SCHIMIDT	101,102,103,104,105,114, 138.
DEPUTADO	MAURÍCIO NAJAR	040.
DEPUTADO	MAURO LOPES	048.
DEPUTADA	NAIR XAVIER LOBO	072.
DEPUTADO	NELSON MARQUEZELLI	010,038,125.
DEPUTADO	NEUTO DE CONTO	007.

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
SENADOR	NEY SUASSUNA	009.
DEPUTADO	NILSON GIBSON	011,117,118,119,120,121, 122,123,137.
DEPUTADO	NOEL DE OLIVEIRA	113,124,126.
DEPUTADO	OSCAR ANDRADE	060.
SENADOR	OSMAR DIAS	156.
DEPUTADO	OSMAR LEITÃO	129,134.
DEPUTADO	PAES LANDIM	054.
DEPUTADO	PAULO CORDEIRO	016.
DEPUTADO	PAULO LIMA	089.
DEPUTADO	PEDRO HENRY	015.
SENADOR	PEDRO SIMON	006.
DEPUTADO	PRISCO VIANA	012.
DEPUTADO	RICARDO BARROS	057.
DEPUTADO	RICARDO HERÁCLIO	107,108,109,110,112,145.
DEPUTADO	RICARDO IZAR	036.
DEPUTADO	ROBERTO PAULINO	026.
DEPUTADO	ROBERTO VALADÃO	085.
DEPUTADO	SARAIVA FELIPE	020.
DEPUTADO	SAULO QUEIROZ	029.
DEPUTADO	SALVADOR ZIMBALDI	034.
DEPUTADO	SANDRO MABEL	063.
DEPUTADO	SERAFIM VENZON	076.
DEPUTADO	SÉRGIO MIRANDA	049,050,051,052,139.
DEPUTADA	TETE BEZERRA	028.
DEPUTADO	TUGA ANGERAMI	033.
DEPUTADO	USHITARO KAMIA	055.
DEPUTADO	VALDIR COLATTO	004,005,082,083,084,136.
SENADOR	VALMIR CAMPELO	001.
DEPUTADO	WELINTON FAGUNDES	056.
DEPUTADO	WERNER WANDERER	073.
DEPUTADO	WOLNEY QUEIROZ	066.

(*) EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.524-6, ADOTADA EM 3 DE ABRIL DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 4 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CARGOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN	001.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.565-3**, DE 03 DE ABRIL DE 1997, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE REGE O SALÁRIO-EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Senadora EMÍLIA FERNANDES.....	026.
Deputado IVAN VALENTE.....	024 025.
Deputado JOSÉ CARLOS VIEIRA.....	004 009 014 020.
Deputado JÚLIO REDECKER.....	016.
Deputado MAURÍCIO REQUIÃO.....	023.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA.....	002 007 012 018.
Deputado PAULO LIMA.....	001 006 011 017.
Deputado ROBERTO JEFFERSON.....	005 010 015 021.
Deputado SEVERIANO ALVES.....	003 008 013 019.
Senador WALDECK ORNELAS.....	027 028.
Deputado WALTER PINHEIRO.....	022.

TOTAL DE EMENDAS: 028

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.571, ADOTADA EM 01 DE ABRIL DE 1997 E PUBLICA NO DIA 02 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE AMORTIZAÇÃO E PARCELAMENTO DE DÍVIDAS ORIUNDAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, E PELAS ENTIDADES E HOSPITAIS INTEGRANTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, OU COM ESTE CONTRATADOS OU CONVENIADOS, INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NUMEROS
DEPUTADO AUGUSTO NARDES	014.
DEPUTADO BASILIO VILLANI	001, 002, 003, 004, 005.
DEPUTADO ELISEU PADILHA	006.
DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA	016.
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	012, 013, 015.
DEPUTADO MARCELO DEDA	007, 008, 009, 010.
DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO	011.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

RS 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.

Publicações

♦ **Canudos e outros Temas (R\$ 5,00)**

Edição de 1994. Reportagens intituladas 'Canudos – diário de uma expedição', que deram origem a 'Os Sertões', quinze trabalhos e duas cartas.

♦ **Lei de Execução Penal e Legislação Correlata (R\$ 7,00)**

Edição de 1994. Lei nº 7.210/94; Códigos Penal e de Processo Penal; Leis das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, e sobre Crimes Hediondos; Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

♦ **Leis Complementares à Constituição de 1988 (R\$ 1,00)**

Edição de 1992. Leis Complementares nº 59/88 a 70/91.

♦ **Manual de Padronização de Textos do CEGRAF (R\$ 3,00)**

Edição de 1992. Normas básicas de editoração para elaboração de originais, composição e revisão.

♦ **Regimento Interno do Senado Federal (Resolução 93 de 1970) (R\$ 7,00)**

Edição de 1995. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Ecs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.

Telefones: (061) 311-3575/3576/3579

Fax: (061) 311-4258

E-mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS